

POLÍTICAS PÚBLICAS

SANIDADE VEGETAL E O VAZIO SANITÁRIO

ROBERTO SANT'ANNA

Advogado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Direito e Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e gerente de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A CULTURA de soja tem importância estratégica não apenas para o agronegócio, mas para o desenvolvimento econômico brasileiro. O País é o segundo maior produtor mundial desta cultura e o segundo maior exportador de grão, óleo e farelo.

A cadeia produtiva de soja gera significativos impactos socioeconômicos: reúne cerca de 245 mil sojicultores e um mercado de trabalho de 1,4 milhão de empregos, segundo dados da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil). Não se pode, portanto, ignorar a sua relevância para a economia do País.

Sob o aspecto fitossanitário, a introdução de cultivares mais precoces de soja criou condições favoráveis ao plantio da cultura também na “safrinha”, uma vantagem que acabou acendendo o sinal de alerta em relação à falta de adoção do vazio sanitário.

A preocupação nasce do fato de que, nos países sob clima tropical, há maior incidência de pragas e doenças nas lavouras do que em países temperados e frios, o que exige muito maior rigor na adoção de técnicas, manejos adequados e uso de tecnologias de acordo com as recomendações da área de Pesquisa.

Um exemplo prático é a ferrugem asiática. O Brasil é um dos países onde a doença causa mais impactos no sistema produtivo de soja: pode diminuir em até 90% a produtividade de uma lavoura. O custo da ferrugem asiática da soja por aqui, desde as primeiras epidemias severas, em 2002, até a safra de 2011/12, foi estimado em aproximadamente US\$ 19 bilhões, incluindo as perdas em produção e arrecadação e o custo com o controle desta doença, de acordo com dados do Consórcio Antiferrugem.

Considerando a agressividade e a capacidade de adaptação do agente causador da ferrugem asiática

da soja, há uma clara necessidade de discussão de políticas públicas de defesa sanitária vegetal. É com base nesse cenário que a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) – entidade que congrega as indústrias que atuam em pesquisa e desenvolvimento de defensivos agrícolas no País – manifesta sua preocupação quanto à necessidade de reforçar a adoção de medidas mais eficazes de manutenção da sanidade vegetal.

Entre as medidas de ação e as recomendações, em consonância com as indicações da pesquisa em Ciências Agrônomicas, os preceitos da extensão rural e das boas práticas agrícolas destacam alguns pontos importantes: a ampliação do período de vazio sanitário, com maiores incentivos a medidas de prevenção de infestações, como o manejo da soja voluntária em campos de produção, estradas e carreadores; a recuperação e o incentivo à adoção do Manejo Integrado de Pragas (MIP); e uma maior agilidade governamental na análise de pleitos de registro e extensões de uso de produtos registrados para outras culturas, especialmente de produtos contendo novos ingredientes ativos, para evitar o surgimento de focos de resistência a campo e preservar as alternativas atualmente viáveis.

Dada a importância da cultura de soja no agronegócio e na balança comercial brasileira, fica claro que tais medidas devem ser encaradas como medidas de segurança nacional, justificando esforços de todos os envolvidos na cadeia de produção.

As indústrias representadas pela Andef continuarão sua tarefa de oferecer tecnologias que auxiliem o agricultor – o grande responsável pela sustentabilidade econômica que o agronegócio tem possibilitado ao País – no desafio de produzir alimentos e suprir as demandas crescentes à produção agrícola. ■